



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DE RORAIMA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

**JOSE FILHO ARAUJO SANTOS¹
GABRIELLY GONÇALVES SOBRAL²**

RESUMO

A violência contra a mulher é uma expressão da questão social, no marco do capitalismo-racismo-patriarcado. A partir do enfrentamento à violência contra a mulher, o trabalho dos Assistentes Sociais é requisitado, no marco das relações de opressão e violação de direitos. Este estudo objetiva discutir o trabalho do Assistente Social na Casa da Mulher Brasileira no estado de Roraima.

Palavras-chave: Patriarcado, Violência Contra a Mulher, Trabalho do Assistente Social.

ABSTRACT

Violence against women is an expression of social issues, within the framework of capitalism-racism-patriarchy. When confronting violence against women, the work of Social Workers is required, within the framework of relations of oppression and violation of rights. This study aims to discuss the work of the Social Assistant at the Casa da Mulher Brasileira in the state of Roraima.

Keyword: Patriarchy, Violence Against Women, Social Worker's Work.

1. Introdução

A violência contra a mulher é uma expressão da questão social, no marco da reprodução social capitalista de face patriarcal e racista. A partir da divisão sexual do trabalho entre homens e

¹ Universidade Estadual de Roraima

² Universidade Estadual de Roraima

mulheres, atribuiu as mulheres, as funções domésticas, de responsabilidade com o cuidado e a educação dos filhos, como também a subserviência as vontades conjugais dos companheiros.

Para os homens foi dada a condição de provedor do lar e chefe da família, constituindo relações de inferioridade e subalternidade. Partindo desse contexto, é importante ressaltar que a violência doméstica e familiar contra a mulher afeta o cotidiano de vida de muitas mulheres. Em acordo com Cisne e Santos (2018, p. 50) “[...] ao nos remetermos ao patriarcado, estamos nos referindo às relações antagônicas, conflitantes, permeadas por hierarquias entre os sexos”.

O cenário da violência doméstica contra mulheres no estado de Roraima é uma constante na realidade social. A publicização recorrente nas mídias digitais e televisivas do estado destaca os casos de violência contra a mulher, que apresentam um alto e constante índice, tornando-se uma expressão da questão social preocupante.

O estado de Roraima está localizado, na região norte do Brasil, e possui 15 municípios em sua composição sócio territorial, fazendo fronteira com a Venezuela, e Guiana, como divisa com o Amazonas, e o Pará. A capital do estado é Boa Vista, composta por 56 bairros, agrupados em quatro zonas, correspondendo ao número populacional de 419.652 (IBGE, 2020).

A violência contra a mulher em Roraima demanda o trabalho do Assistente Social, que está inserido na divisão sociotécnica do trabalho e possui competências profissionais (teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas) para atuar frente às diversas expressões da questão social. Em vista disso, este estudo discute o trabalho do Assistente Social a partir da Casa da Mulher Brasileira do estado de Roraima.

2. A violência contra a mulher como determinação da questão social e o trabalho do Assistente Social em Roraima

O crescimento dos índices de violência não pode ser considerado de maneira distinta do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

processo de reprodução social capitalista, pois o desenvolvimento das forças produtivas no marco da propriedade privada, e seus processos de exploração e opressão, estão diretamente articulados com as expressões da questão social no estado de Roraima relacionadas as desigualdades sociais, e em consubstanciação, relações de gênero/sexualidade (CISNE; SANTOS, 2018). A violência contra as mulheres é uma determinação que se encontra presente nesse contexto, e sofre grande influência dos processos que se dão no interior da formação histórica da sociedade brasileira.

Dissertar sobre a questão social remete abordar os alarmantes índices de miséria, injustiças e exploração, que a grande maioria dos sujeitos se vê imerso, como condição de sobrevivência, num contexto que exclui, isola, desarticula as relações sociais, instigando revoltas, assim como atos violentos e injustos (Tavares, 2008. p. 31).

Em consonância com as reflexões apresentadas pela autora, cabe destacar que as desigualdades sociais, são frutos do desenvolvimento da sociabilidade capitalista, racista e patriarcal, com forte determinação na distribuição inadequada de renda e condições de sobrevivência, em um contexto de tensões e conflitos, que precisam da intervenção do Estado no marco da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Todos os fatores que compõem a história de uma sociedade, até a contemporaneidade são parte dessas tensões sociais que desencadeiam contextos de desigualdades. Trata-se, portanto, de um processo contraditório que afeta a sociedade, através de seus desdobramentos sociais, econômicos, políticos e culturais.

A violência contra a mulher é um dos tipos de violência que apresenta índices altos, desdobrando-se em diversos tipos de ocorrências que se dão, em diferentes contextos, onde se expandem e se tornam complexos a questão da violência contra a mulher. Outro fator que agrava esse cenário, é a ocorrência dentro das residências ou em locais mais restritos de sociabilidade, que acabam muitas vezes ficando invisíveis para os mecanismos de proteção, principalmente quando não ocorre a denúncia.

A partir desse contexto, é fundamental destacar algumas informações que reafirmam essa tensão inserida dentro do contexto da violência no estado de Roraima. Apresenta-se alguns dados estatísticos que colaboram para a afirmação da violência contra a mulher como expressão da questão social.

A importância de contextualizar os dados sobre a violência doméstica, nos leva apontar a partir do contexto de Roraima informações relevantes sobre os índices noticiados em jornais e meios eletrônicos sobre o quantitativo de casos. Parte-se desse modo, de notícias divulgadas a

partir de 2020, até o ano de 2024, a fim de contextualizar essas informações e compreender como esses índices vem se desenvolvendo dentro da sociedade roraimense.

Em 2020, segundo o Monitor da Violência, que faz parte de um levantamento realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e portal G1 de notícias¹, Roraima registou um aumento considerável de 32% nos casos de violência doméstica, e dentre os relatos mais encontrados, está a lesão corporal, isso somente no primeiro semestre do referido ano.

Os dados registados em Roraima, nesse período, não condizem com a situação registrada nas demais regiões do Brasil, onde se verificou uma queda de aproximadamente 11% dos casos relacionados a violência contra a mulher, indicando Roraima, como uma unidade federativa do país, com alto grau de violência contra mulheres.

Observou-se a partir desse apanhado, que a violência é um fenômeno que transcende os espaços familiares, mais que muitas vezes se encontram mascarados por justificativas diversas, seja por medo ou vergonha da mulher de buscar atendimento, seja pela ausência do Estado no combate à violência.

Mesmo com números tão alarmantes, no entanto, muitos casos de estupro, violência psicológica contra mulheres e violência doméstica não são registados oficialmente pelas vítimas. Isto pode indicar que o volume de casos é muito maior, mesmo se tratando de crimes que contam com legislação para defender e proteger essas vítimas (Santos, 2023, p. 3).

Ademais as subnotificações dos casos de violência contra a mulher, pode sim estar associado com o machismo, que impera na cultura das relações sociais, como na cultura institucional. Outro fator associado a esse contexto, é o pensamento que a sociedade alimenta sobre a culpa da violência que é cometida contra as mulheres, visto que infelizmente ainda se alimenta o pensamento de que a mulher provoca agressão, e por conta disso acaba sendo vítima de violência.

Em 2021, Roraima apresentou um crescimento alarmante nos casos de violência, onde se aponta uma taxa de aproximadamente 8,3 homicídios de mulheres para cada 100 mil habitantes, somente no referido ano. Esses dados chamam a atenção para uma realidade preocupante, tendo em vista que foi considerada a maior taxa do Brasil, com relação a casos de violência doméstica. Isso posto, cabe destacar aqui que, em 2022, os números continuaram a apresentar um crescimento alarmante, de modo que Roraima passa a apresentar novamente a maior taxa de

¹ [Roraima registra aumento em casos de violência doméstica no primeiro semestre | Roraima | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/roraima/noticia/2021/07/14/roraima-registra-aumento-em-casos-de-violencia-domestica-no-primeiro-semester.ghtml)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

casos de violência do país.

A partir de 2023, foi registrado um aumento considerável nos casos de violência contra a mulher, segundo matéria divulgada pelo site da Folha de Boa Vista², apresentando-se no referido ano um aumento drástico e preocupante para a sociedade de mais de 50% de casos de violência contra a mulher.

Concomitante a essa realidade, foi observada também uma reportagem publicada no portal de notícias Brasil de Fato³ em 2023, onde Roraima ocupava o primeiro lugar no ranking de registros de estupros, por unidades federativas. Esses dados indicam a naturalização dos casos de violência que resultam em múltiplas violências, merecendo problematizá-los em torno da ausência do Estado na resposta a essas violências.

Em uma reportagem divulgada pela página Brasil de Fato⁴ (2024), pode-se compreender como a violência contra a mulher cresce de forma desenfreada, só em 2023, registrou-se um aumento de 22% nas notificações dos casos de violência, com relação ao ano anterior. Outro fator destacado na reportagem, é que dos dados registrados, 586 foram vítimas de feminicídio, e desse dado, mais de 70% foram cometidos por companheiros da vítima.

Larissa Neves, pesquisadora da Rede de Observatórios da Segurança, pontua que, embora a maioria dos responsáveis pela violência sejam parceiros da mulher, familiares também cometem o crime. “A violência não é exclusiva de um relacionamento afetivo-sexual. Entre os agressores também encontramos pais, irmãos, os vizinhos, os filhos, agentes do Estado, colegas de trabalho e até mesmo líderes religiosos”, pontua. “Essas vidas, de fato, poderiam ter sido salvas e esses ciclos de violência poderiam ter sido interrompidos pela intervenção efetiva de um Estado que insiste, sim, em negligenciar esses dados” (Jornal Brasil de Fato, 2024).

O que se pode observar é um aumento crescente dos casos, desde o início do ano de 2024. Uma publicação relevante nesse contexto, destaca que no período de 13 a 18 de abril de 2024, segundo publicação feita no site da Folha de Boa Vista⁵, nesse pequeno período, pelo menos 10 mulheres foram agredidas pelos maridos ou companheiros.

Os dados constam nos registros feitos em departamentos de polícia, e somados as publicações que de fato foram veiculadas, nos levando a observar um cenário preocupante, pois a cada mês do ano, se tem um número crescente relacionado a casos de violência doméstica.

É dever premente dos Estados reparar aqueles danos causados às vítimas de forma digna e eficiente. O acesso à justiça, portanto, deve ser garantido na sua

² [Anuário aponta crescimento da violência contra a mulher no Estado de Roraima - Folha BV](#)

³ [Mulheres de Roraima lutam contra violência no | Direitos Humanos \(brasildefato.com.br\)](#)

⁴ [Violência contra a mulher cresce 22% em 2023; | Direitos Humanos \(brasildefato.com.br\)](#)

⁵ [Pelo menos 10 mulheres foram agredidas pelo marido nesta semana - Folha BV](#)

plenitude. Estas reparações têm o condão de cessar e/ou amenizar os efeitos da violência de gênero, - que por vezes se perpetuam (Silva e Barbosa, 2013, p.9).

A certeza da impunidade, também é um ponto que contribui bastante para que os agressores permaneçam praticando tais atos, o que nos leva a questionar as responsabilidades do Estado, que por vezes não cumpre a legislação, tornando-a falha, o que influencia na aplicabilidade da lei de forma incorreta.

Em nossa análise, essa questão corrobora com a herança do patriarcado enraizada na sociedade e no estado de Roraima, que privilegia os homens em detrimento das mulheres, colocando-os em espaços de poder, onde as mulheres precisam se submeter as situações degradantes. Pode-se dizer que a cultura machista reproduzida nas relações sociais no estado é considerada uma das principais, se não, a maior causa da violência contra a mulher.

A violência contra a mulher não é um fenômeno que se restringe ao domicílio onde a mulher convive com seu companheiro ou familiar. As agressões, sejam elas físicas, psicológicas ou de outro tipo, podem ocorrer em diversos outros ambientes. O que não diminui o prejuízo que essa mulher, vítima de violência, tem em todos os sentidos.

Os dados apontados nas reportagens demonstram de forma expressiva como a violência contra mulheres impera na realidade social do estado de Roraima. Para Oliveira (2020, p. 4), “desde muito cedo os homens são programados para responder às expectativas sociais que esperam que eles sejam agressivos, competitivos, e que assumam posturas arrebatadas ou destrutivas”.

Essa expectativa que a sociedade constituiu sobre os homens, no marco da cultura patriarcal colocam as mulheres em um lugar de inferioridade, naturalizando a perpetuação da violência na realidade social. Seja quando a mulher tem que servir ao marido ou quando precisa trabalhar para garantir a renda mínima de sua família, é subjugada e explorada de diferentes formas.

A violência se materializa em diferentes contextos e de diferentes formas, e nesse sentido, a Lei Maria da Penha intervém justamente com o intuito de traçar estratégias de prevenção à violência doméstica. Uma das principais metas da lei, é a desconstrução da cultura machista, que ainda se perpetua na sociedade. É a partir desse contexto, que se busca ainda a desconstrução dos estereótipos culturais que reforçam os casos de desigualdades e consequentemente de violência. Oliveira (2020).

Nesse contexto o trabalho do assistente social é fundamental, ao intervir junto a defesa



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dos direitos dessas mulheres vítimas de violência, que se encontram em estado de violência e violação de direitos, face as determinações estruturais da sociabilidade capitalista-racista-patriarcal.

As reflexões pontuadas nos mostram que a realidade da violência contra as mulheres ainda não se apresenta em sua totalidade, o que nos leva a crer que os dados de violência ainda são maiores. Parte das vezes, as mulheres vítimas de violência que necessitam de atendimento usam outras justificativas para explicar os danos causados pelo agressor, seja por medo ou mesmo pela intimidação causada pela opressão do homem. Como também a rede dos serviços públicos, tende a negligenciar o atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, reproduzindo dinâmicas conservadoras no atendimento às mulheres.

É importante retornar o trabalho do assistente social, que segundo Santos, Backx e Guerra (2017, p. 64) se dá a partir do “reconhecimento social da profissão na capacidade do profissional em modificar algumas variáveis do contexto social dos usuários”. De um modo geral, pode-se dizer que o trabalho profissional se pauta junto as demandas advindas das expressões da questão social, buscando construir mediações.

De acordo com Iamamoto (2009, p.18) “o significado social desse trabalho no processo de reprodução das relações sociais, é decisivo considerar as particulares condições e relações sociais que emolduram o trabalho profissional.” A partir das determinações da realidade social que fundamenta as demandas que convoca as respostas profissionais.

O Assistente Social ocupa de fato um espaço importante, justamente por possibilitar que a mulher vítima de violência tenha garantido os seus direitos e respeitado o seu espaço dentro da sociedade. Acerca disso, Santos, Backx e Guerra (2017), destacam que o profissional de Serviço Social, se depara com demandas e interesses diversos, possibilitando assim que esse profissional tenha um leque de possibilidades para determinar suas estratégias interventivas.

Partindo desse contexto, passa-se a discutir sobre o trabalho do assistente social, na Casa da Mulher Brasileira do estado de Roraima, tendo como objetivo destacar, a dimensão do trabalho profissional a partir da instrumentalidade.

Para Guerra (2000, p.54-55)

o termo instrumentalidade nos faria perceber que o sufixo “idade” tem a ver com a capacidade, qualidade ou propriedade de algo. Com isso podemos afirmar que a instrumentalidade no exercício profissional se refere [...] a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico [...] A instrumentalidade, como uma propriedade sócio-histórica da profissão, por possibilitar o atendimento das demandas e o alcance de objetivos (profissionais e sociais) constitui-se numa condição concreta

de reconhecimento social da profissão.

Para tanto, é fundamental destacar antes, algumas informações acerca de como foi realizada a presente pesquisa, apresentando desse modo uma contextualização do tipo de pesquisa e seus desdobramentos frente à entrevista realizada. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza qualitativa constituída pela dimensão bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa empírica se deu por meio de entrevista e aplicação de um formulário semiestruturado direcionado à Assistente Social⁶ da Casa da Mulher Brasileira de Boa Vista–RR. Nesse sentido, objetivou-se discutir o trabalho da Assistente Social na Casa da Mulher Brasileira, no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.

Cabe apontar primeiramente que a unidade da Casa da Mulher Brasileira em Roraima, só passou a funcionar de fato, em 15 de janeiro de 2019, ofertando para a população, serviços de acolhimento por meio de ações e estratégias que possibilitam que a mulher possa voltar a ser autônoma em suas próprias decisões. Os serviços oferecidos por meio da instituição possibilitam ainda articulação de instituições que visam agir no processo de enfrentamento a violência contra a mulher, sempre com o objetivo de oferecer um atendimento mais humanizado e acolhedor.

Na entrevista realizada com a assistente social da CMB, destacamos enquanto principais questões as ações realizadas pela instituição; o perfil da vítima; o perfil dos agressores; e as principais demandas e respostas profissionais dentro do marco da instrumentalidade.

Logo no primeiro contato, foi perguntado a assistente social, acerca dos serviços que são oferecidos de forma geral às mulheres que buscam atendimento. A profissional relatou que:

os serviços oferecidos são diversos, e estão entre aqueles disponibilizados pelo Juizado Especial Especializado da Promotoria, Núcleo Especializado da Defensoria Pública, Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, a instituição conta ainda com apoio psicossocial para as mulheres que é realizado por meio do psicólogo e do assistente social, uma brinquedoteca que oferece para mães que chegam acompanhadas de seus filhos, um espaço para que possa sair um pouco da realidade na qual foi exposta, um alojamento de passagem, um setor de autonomia econômica e uma central de transportes.

⁶ A pesquisa foi realizada apenas com uma Assistente Social diante dos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa, visto que na equipe da Casa da Mulher Brasileira, existem duas assistentes sociais, assim como não dialogamos com os demais profissionais das variadas áreas que atuam na equipe multidisciplinar. A pesquisa se pautou sobre os preceitos éticos em pesquisa, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 e a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano, sendo está aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Roraima, através do parecer de 6.387.042 em 04 de outubro de 2023.

A instituição funciona em regime de plantões, onde são dispostos os principais serviços de acolhimento a todo momento em que as mulheres precisem se dirigir à CMB. Os serviços de recepção buscam atender as mulheres em seu primeiro contato com a instituição de forma rápida e segura. Após esse primeiro momento, a mulher é encaminhada para o serviço de triagem. O processo de acolhimento é realizado por um grupo de profissionais composto por psicólogas e assistentes sociais. A instituição conta ainda com o auxílio de profissionais de nível médio responsáveis em acompanhar a mulher em demandas internas e externas.

Posto isso, é fundamental reforçar a relevância do assistente social no desenvolvimento desse processo de acolhimento, tendo em vista que o profissional de Serviço Social, dentro das atribuições do seu trabalho, desempenha funções diretamente relacionadas ao campo dos direitos no enfrentamento a problemática da violência, desse modo suas funções são necessárias e fundamentais nesse processo de escuta, acolhida e acompanhamento da mulher, configurando-se como dimensões significativas da instrumentalidade profissional. Santos, Backx e Guerra (2017).

Alves, Vale e Camelo (2021) consideram que a instrumentalidade é inerente a qualquer profissão, haja visto que todos os profissionais necessitam de meios e estratégias para operacionalizar suas intenções frente as demandas. É justamente por meio da instrumentalidade, que as práticas e objetivos ganham consistência, sejam eles com o intuito de promover a transformação da realidade ou apenas observar determinada questão na realidade sem maior incidência.

Assim, cabe enfatizar que a instrumentalidade está incluída dentro do exercício profissional do Assistente Social, como um elemento fundamental que contribui para que os assistentes sociais possam desenvolver suas competências profissionais, utilizando os instrumentais que dispõem, tendo em vista proporcionar a transformação de uma realidade que é apresentada com demandas que se colocam no dia a dia profissional fazendo articulações em níveis da leitura da realidade sócio-histórica, expressão da questão social e mediação em torno da intervenção profissional.

Nesse sentido, foi perguntado à assistente social quais são os instrumentais utilizados no atendimento as mulheres. A assistente social apontou que: “o primeiro instrumental consiste na escuta qualificada, procurando entender todo o contexto no qual a mulher se encontra inserida”. A questão da escuta qualificada conforme, Alves, Vale e Camelo (2021, p. 127) enfatiza que “o trabalho social deve pressupor uma escuta qualificada da demanda de cada usuário/a” buscando sempre compreender o contexto de vida na qual cada sujeito encontra-se inserido considerando



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pontos como questões familiares, sociais e econômicas.

Outro instrumento citado pela entrevistada e considerado por ela como fundamental e indispensável, foi o relatório social, que consiste basicamente em um documento onde se busca relatar os principais elementos relacionados as expressões da questão social vivida, pela aquela mulher. Trata-se, portanto, como destaca a profissional “uma maneira de melhor conhecer a vida dos sujeitos que estão inseridos em contextos que demandam a intervenção profissional”.

Com relação ao parecer social, a assistente social entrevistada, mencionou que se trata de “um instrumento muito importante, onde o profissional pode apresentar seu posicionamento a respeito da situação em questão”. A esse respeito, Alves, Vale e Camelo (2021, p. 331) enfatizam que.

Não se trata de descrever uma realidade, mas exige do profissional uma análise a respeito da questão apresentada, subsidiada a partir da eleição de elementos que lhe são relevantes, concluindo-a com o seu parecer. [...] No entanto é fundamental na elaboração de um parecer social, muitas vezes, a realização de um estudo social, visando subsidiar o posicionamento profissional. E vale lembrar que o estudo social não é necessariamente enviado ao demandante, pois é um conteúdo construído a partir de informações coletadas para a construção e fundamentação do posicionamento frente à demanda ou questão apresentada pela demanda do parecer social.

Partindo desse contexto, é relevante pontuar sobre a importância da entrevista no contexto do trabalho do assistente social, descrito pela assistente social como: “um dos instrumentos mais importantes para se iniciar o processo de acolhimento. Esse instrumento é utilizado pelos profissionais, no intuito de conhecer a realidade dos usuários e suas particularidades”. Para Alves, Vale e Camelo (2021), a entrevista é o momento de estabelecer um tipo de relacionamento entre o profissional e o usuário dos serviços ofertados pelo Estado, concebendo informações da realidade necessária ao processo de intervenção e acompanhamento.

Por fim, a entrevistada cita a visita domiciliar também como um instrumento importante, destacando ser esse “um momento de estreitamento das relações estabelecidas pelo profissional para com o usuário”. Posto isso, é válido mencionar o pensamento apresentado por Alves, Vale e Camelo (2021), que consideram a visita domiciliar como parte integrante da metodologia interventiva dos profissionais, destacando ainda que esse procedimento não pode ser pensado separadamente dos demais, pois a visita é a concretização de etapas realizadas no atendimento.

Considerando que a Casa da Mulher Brasileira, é uma das principais estratégias de enfrentamento à violência, por meio do programa Mulher Viver Sem Violência, e sua inauguração



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

em Boa Vista, tinha o objetivo inicialmente de atender um quantitativo de mulheres pequeno, - que foi crescendo de forma gradativa -.

A casa constitui-se em um espaço de acolhimento e atendimento humanizado, tendo como objetivo geral prestar assistência integral e humanizada às mulheres em situação de violência, facilitando o acesso destas aos serviços especializados e garantindo condições para o enfrentamento da violência, o empoderamento e a autonomia das usuárias. Neste local devem ser atendidas mulheres vítimas de todos os tipos de violência baseadas em gênero, constitui um serviço da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e deve atuar em parceria com os serviços especializados de atendimentos (Relatório de Atendimento e Ações Realizadas pela CEPPM/CMB, 2019, P. 7).

A CMB, atua sob responsabilidade do governo do estado de Roraima, tendo como base estrutural as diretrizes gerais do Programa Mulher Viver sem Violência, conta ainda com o apoio institucional dos seguintes órgãos estaduais e municipais: Secretaria de Estado e Bem-Estar Social – SETRABES; Polícia Civil de Roraima – PCRR; Polícia Militar de Roraima – PMRR; Prefeitura Municipal de Boa Vista; Tribunal de Justiça de Roraima – TJRR; Ministério Público do Estado de Roraima e pôr fim a Defensoria Pública de Roraima.

Os serviços oferecidos por todos esses órgãos, objetiva oferecer um acolhimento institucional completo, que possa oferecer a mulher vítima de violência respostas institucionais no campo dos direitos em um mesmo local. Tendo em vista, que esse era considerado um problema, quando a mulher precisava se deslocar em diversos locais para resolver as demandas, quanto a proteção em sua condição de vítima de violência.

Quando questionado para a assistente social, sobre as medidas de enfrentamento a violência que são desenvolvidas pela CMB, ela enfatizou que “as diretrizes seguidas para desenvolver as estratégias de enfrentamento a violência procuram sempre estar em consonância com a legislação 11.340/2006, Lei Maria da Penha”. A profissional destaca ainda que a principal medida de enfrentamento consiste na “solicitação da medida protetiva de urgência para casos em que a mulher se encontre em vulnerabilidade, risco eminente de voltar a sofrer violência ou ser vítima de feminicídio na qual é responsabilidade do juiz analisar essa medida em até 48h”.

Outro ponto muito importante a ser destacado, é com relação ao perfil das mulheres agredidas. A assistente social ressalta que são:

“identificados dois perfis como principais. Das mulheres que são esposas de policiais e mulheres de baixa renda, e que por motivos diversos estão fora do mercado de trabalho, não tendo acesso a qualquer renda para sua própria subsistência ou de seus dependentes, dependendo desta forma do agressor”.

A questão socioeconômica aprisiona grande parte das mulheres de classes médias e de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

baixa a relacionamentos abusivos e agressivos, constituindo-se ponto agravante com relação a violência. Acerca desse contexto, Saffioti (2015) destaca que a violência familiar deriva de uma organização social patriarcal, que historicamente privilegiou o homem em detrimento da mulher. De modo que a mulher, além do sofrimento físico, precisa se submeter à violência emocional e financeira, evidenciando uma realidade social desigual e discriminatória que coloca a mulher em uma condição de submissão às ordens dos homens e seu controle.

Roraima, é um dos estados brasileiros com forte presença militarizada, a partir de variados segmentos de profissionais da segurança pública, que manifestam, a forte noção do poder e de masculinidade, reforçando os papéis tradicionais de gênero, e a profunda desigualdade nos relacionamentos, sobressaltando, a violência contra as mulheres.

Ainda no que diz respeito ao perfil do agressor, a assistente social entrevistada, destaca que:

“é muito comum receber mulheres, que foram vítimas de homens apontados por ela como machistas, que cometem o ato de violência tendo como parâmetro apenas a condição de gênero da mulher, ou seja, por ser mulher. Há ainda casos de mulheres que relatam que seus agressores fazem constantemente o uso de drogas e/ou álcool para então retornar aos ciclos de agressões, e sujeitos que já tem um histórico de agressão contra ex companheiras, e que inclusive já passaram pelo sistema prisional.”

Sobre as estratégias utilizadas pela assistente social no atendimento as mulheres vítimas de violência, a profissional relatou que preferencialmente

“o atendimento precisa ser realizado com foco em orientações a vítima no que diz respeito aos seus direitos, tendo como a sua principal estratégia no atendimento, orientar encaminhar, esclarecer e empoderar a mulher.”

O que entendemos ser fundamental a garantia de espaços de proteção social, para que a mulher se sinta acolhida, respeitada e possa a partir daí, encaminhar novas dinâmicas na sua vida, o que demanda, a presença do Estado na viabilização dos direitos de cidadania, como a discussão em torno de uma consciência feminista, que implique discutir as bases fundantes da cultura patriarcal.

3 Considerações Finais

Esta pesquisa, se interessou em discutir o trabalho do Assistente Social no atendimento as mulheres vítimas de violência a partir da Casa da Mulher Brasileira no estado de Roraima, levando-nos a constatar que a partir da requisição institucional apresentada pelas mulheres em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

torno da violência, a assistente social elabora suas respostas através da instrumentalidade profissional, a partir da leitura da realidade social.

A partir disso, pode-se concluir que o assistente social é de suma importância dentro da CMB, no atendimento às mulheres em situação de violência ao constituir, respostas profissionais, através da instrumentalidade profissional, que aponta formas de enfrentamento, a essa expressão da questão social muito presente na sociedade patriarcal e que demanda a intervenção deste profissional na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, como na defesa dos direitos e da dignidade das mulheres vítimas de violência.

Referências

ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlena Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque. Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. **EdUECE**, Fortaleza – CE, 2021, PDF. disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/questoes_de_genero/e-book_cetros_uece_instrumentos_e_tecnicas_do_servico_social.pdf. Acesso em: 28 Abr. 2024.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. Cortez Editora, São Paulo, 2018.

TAVARES, Maria Augusta da Silva. O Serviço Social no contexto da reestruturação produtiva: o mercado profissional de trabalho no município de Volta Redonda – RJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro [**Dissertação de Mestrado**] Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/16004/1/Dissertacao%20completa%20Maria%20Augusta.pdf>. Acesso em: 21 Abr. 2024.

OLIVEIRA, Carliane Ribeiro de. O enfrentamento ao Fenômeno da Violência doméstica e as formas de atendimento à mulher. **Revista científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 05, ed. 12, v. 13, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/fenomeno-da-violencia>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/fenomeno-da-violencia. Acesso em: 28 Abr. 2024.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. **Capacitação em Serviço Social e política social**, v. 4, p. 53-63, 2000.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda Guerra. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. São Paulo, Editora Cortez, 2017.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. **Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo**, 2 ed, São Paulo, 2015.

SANTOS, Camila Florêncio dos. As fontes em notícias de violência contra a mulher: um estudo de caso do portal G1. **Intercom, Revista Brasileira Ciências Comunitárias**. v. 46, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/BFWKjVtTxGR7qs3PqHYsz6x/#>. Acesso em: 25 Abr. 2024.

SILVA, Adriana Pereira da; BARBOSA, Thaís Chaves Brazil. A responsabilidade do estado nos casos de feminicídio. **UNIVAG Centro Universitário**, 2013. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/rep/article/view/983>. Acesso em: 28 Abr. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2009.